



RESENHA DE WIDMER E. T., LEFT-KANTIANISM IN THE MARBURG SCHOOL

DOI: <https://doi.org/10.4013/con.2025.211.11>

Leonardo Pança

Mestrando em Filosofia pela Unicamp. Financiamento: Fapesp (2023/18244-5)

l201245@dac.unicamp.br

<https://orcid.org/0000-0002-9137-4125>

RESUMO:

Escrito por Elizabeth Widmer e publicado em 2024 pela editora De Gruyter, *Left-Kantianism in the Marburg School* é o décimo terceiro volume da série *New Studies in the History and Historiography of Philosophy*, cujo objetivo é reavaliar a história da filosofia moderna e contemporânea ocidental. Nele, Widmer defende que a expressão *Left-Kantianism* ou “kantianismo de esquerda” é mais adequada para identificar as divergências teóricas no entorno da filosofia política dessa corrente de esquerda do que o termo “socialismo ético”. Segundo Widmer, o kantianismo de esquerda, originado no neokantismo marburguiano, se caracteriza como um movimento filosófico que visava renovar a metodologia crítica de Kant para a crítica ao capitalismo. Penso que a principal contribuição da obra é revitalizar o estudo do kantismo de esquerda, demonstrando como ele ainda pode fornecer uma base interessante para a crítica social e política, além de oferecer novas perspectivas sobre a dimensão normativa do neokantismo marburguiano, que contrastam com a visão que historicamente atribuiu ao movimento um caráter logicista e cientificista.

PALAVRAS-CHAVE:

Kantianismo de esquerda. Neokantismo. Normativismo. História da filosofia.

REVIEW OF "WIDMER E. T., LEFT-KANTIANISM IN THE MARBURG SCHOOL"

ABSTRACT:

Written by Elizabeth Widmer and published in 2024 by De Gruyter, *Left-Kantianism in the Marburg School* the thirteenth volume in the series *New Studies in the History and Historiography of Philosophy*, which aims to reevaluate the history of modern and contemporary Western philosophy. In this work, Widmer claims that the term *Left-Kantianism* is more appropriate to identify the theoretical divergences about the political philosophy of this left-wing movement than the term “ethical socialism”. According to Widmer, Left-Kantianism, which originated in the Marburg school of neo-Kantianism, is characterized as a philosophical movement that intends to renew Kant’s critical methodology to critique capitalism. I believe the main contribution of this work is to revitalize the study of Left-Kantianism, demonstrating how it can still provide an interesting basis for a social and political critique, as well as offering new perspectives on the normative dimension of the Marburg school, which contrast with the historically prevailing view that assumes the movement only as logicist and scientific.

KEYWORDS:

Left-Kantianism. Neo-Kantianism. Normativism. History of Philosophy.

Introdução

O que foi o socialismo ético? É possível que esta expressão seja adequada para descrever a filosofia política e prática de pensadores como Friedrich Albert Lange, Hermann Cohen, Rudolf Stammler e Paul Natorp? *Left-Kantianism in the Marburg School*, como o próprio título da obra aponta, busca analisar e demonstrar de maneira convincente que *não*. Mesmo que o normativismo seja uma exigência que perpassa esses autores, assim como uma perspectiva teleológica de racionalidade e a defesa do socialismo, Elizabeth Widmer, autora da obra, convence-nos de que a expressão Left-Kantianism ou kantianismo de esquerda é mais adequada para identificar as divergências teóricas no entorno da filosofia política dessa corrente de esquerda que foi originada no neokantismo marburguiano. Publicado em 2024 pela editora De Gruyter, *Left-Kantianism* é o décimo terceiro volume da importante série “*New Studies in the History and Historiography of Philosophy*”.¹

Widmer define o “kantianismo de esquerda” como um movimento filosófico que visava renovar a metodologia crítica de Kant para a crítica ao capitalismo. Neste estudo, Widmer demonstra que os jovens hegelianos e os marxistas não são as únicas fontes de crítica socialista na Alemanha do século XIX. Os

¹ A série tem como objetivo reavaliar a história da filosofia moderna e contemporânea “ocidental”, destacando autores historicamente negligenciados, como mulheres e minorias raciais, étnicas e religiosas. A série também explora as relações entre a filosofia e seus contextos mais amplos – econômicos, políticos, religiosos e sociais – enfatizando a natureza interdisciplinar da investigação filosófica ao longo da história. Um dos editores da coleção é Sebastian Luft, reconhecido por sua pesquisa sobre o movimento neokantiano, particularmente a filosofia da cultura de Ernst Cassirer, juntamente com Dalia Nassar e Michael Olson. Até o momento, já foram publicados 13 volumes.

neokantianos de esquerda pretendiam justificar o socialismo com base em uma perspectiva kantiana nova. Ela também argumenta que os neokantianos de esquerda, focados na crítica ética e jurídica ao capitalismo em vez de no determinismo econômico, forneciam instrumentos que podem resolver pontos cegos na tradição hegeliano-marxista, especificamente a falta de uma perspectiva normativa. Em contraste com os hegelianos de esquerda e com a teoria marxista, eles se inspiraram em Kant para formular exigências normativas contra as injustiças decorrentes do capitalismo. Com isso, eles se afastaram das versões revolucionárias de esquerda em vista da reforma jurídica, em virtude da regulação do mercado de uma perspectiva social-normativa.

Além dos autores já citados, Widmer também discute a influência decisiva da filosofia ética de Cohen na filosofia política de Ernst Cassirer. Embora Cassirer não subscreva uma perspectiva diretamente socialista, sua filosofia da cultura incorpora a teoria ética do idealismo crítico para a crítica do fascismo em sua obra “O Mito do Estado”, que foi publicada postumamente em 1946. Discutiremos este autor na parte sobre o capítulo 5.

Na introdução, Widmer apresenta a tese principal da obra, isto é, a ideia de que os neokantianos de Marburgo possuem distintas justificações de socialismo e que devemos compreendê-las à luz de uma noção mais geral. Na primeira parte, Widmer fornece as três características do que ela entende por kantianismo de esquerda presentes na Escola de Marburgo: a racionalidade teleológica, a defesa do socialismo como movimento histórico e o uso do método kantiano para fornecer exigências normativas que promovam o progresso social. Em confronto com a representação corrente das filosofias políticas da Escola de Marburgo como apenas dimensões do “socialismo ético”, Widmer pretende fornecer um quadro teórico que denuncia um aspecto negligenciado pela historiografia filosófica ocidental sobre os movimentos neokantianos da filosofia alemã na virada do século XIX e início do XX. Como ela atesta, também pretende refutar as “afirmações equivocadas” que resultaram em uma compreensão distorcida das filosofias políticas desses autores.

Na segunda parte da introdução, Widmer trata do contexto histórico-político e filosófico alemão em que situa a sua análise, focado na década de 1850. Como consequência do fracasso da Revolução de Março, a política alemã assistiu à decorrente perseguição e exílio de líderes socialistas e comunistas. O período conservador que se seguiu levou à restauração da autoridade monárquica e resultou na repressão de movimentos revolucionários. Sob o império de Bismarck, o SPD, fundado em 1875, enfrentou perseguições e restrições políticas. É no contexto desse período reacionário e, posteriormente, no arrefecimento do conservadorismo e do realinhamento dos partidos à esquerda que Widmer abarca ao longo do livro. A autora demonstra as aproximações e afastamentos entre o kantianismo de esquerda e os partidos políticos

de esquerda alemães, principalmente o Partido Social-Democrata da Alemanha. Ressalta-se, por exemplo, como o *Zurück zu Kant* – lema que deu início ao neokantismo –, correlaciona-se com o *Zurück zu Lange* na prática política do SPD de Eduard Bernstein (1850-1932). De fato, as obras “História do Materialismo” e “A Questão Operária”, ambas de Lange e publicadas em 1865, inspiraram a defesa da reforma em um sentido democrático de socialismo.

Com a obra, agora podemos compreender o motivo das críticas à associação entre Bernstein e o kantianismo pelos marxistas ortodoxos. Em 1899, por exemplo, Plekhanov publica o “Materialismo ou Kantismo?” como reação ao reformismo socialista de Bernstein e em favor da revolução. Ademais, *Left-Kantianism* também lança luz sobre a disputa pela forma teórica de organização política do socialismo entre os neokantianos de esquerda e os jovens hegelianos, tema que aparece com detalhe na introdução da obra.

Há várias semelhanças, apontadas pela autora, entre os jovens hegelianos e os neokantianos de esquerda. Ambas as correntes filosóficas de esquerda pretendiam tornar politicamente úteis e práticas suas formulações teóricas. Convergiam também na compreensão do papel da filosofia em sua tarefa crítica do direito, da religião e da sociedade. Parte da convergência entre as duas correntes advém também daquilo que ambas rejeitavam teórica e politicamente. Widmer aponta como ambas se diferenciavam de uma tradição de direita politicamente conservadora. A autora afirma que, enquanto os hegelianos de direita não deixavam espaço para uma revolução legítima em defesa do Estado, os neokantianos de direita forneciam uma justificação idealista para a moralidade com o intuito de justificar normas sociais burguesas. Este e aquele convergiam na rejeição à social-democracia alemã no final do século XIX. Nesse sentido, Widmer argumenta categoricamente que os neokantianos de esquerda formavam uma “contra-narrativa à posição de direita predominante” (p. 4-5) – isto é, contrários à rejeição do socialismo que perpassava tanto os neokantianos de direita (como Meyer e Helmholtz) quanto os hegelianos de direita. Portanto, a principal divergência entre essas vertentes teóricas de esquerda era em relação ao método. Os neokantianos de esquerda não baseavam a crítica ao capitalismo e a defesa do socialismo no materialismo histórico, mas sim no método inaugurado por Kant.

O idealismo crítico como *método transcendental* tornou-se a pedra angular sobre a qual foi construída a estrutura teórica de pensadores como Cohen e Natorp (na vertente marburguiana), e Rickert e Windelband (na vertente de Baden). Esse método foi renovado teórica e politicamente por Hermann Cohen em uma de suas obras mais importantes, “*Kants Theorie der Erfahrung*” (Teoria da Experiência de Kant), publicado pela primeira vez em 1871. Além disso, o movimento neokantiano influenciou de forma decisiva as escolas filosóficas e pensadores de diversas outras áreas até a primeira metade do séc. XX, como Max Weber (na sociologia) e Hans Kelsen (na jurisprudência), entre outros. Ernst Cassirer veio a ser reconhecido

como o pensador mais importante da vertente marburguiana após o falecimento de Cohen e Natorp, tendo alcançado prestígio próprio até metade do séc. XX. Com a chegada dos nazistas ao poder em 1933, Cassirer (enquanto cidadão alemão de origem judaica) precisou se exilar da Alemanha até a sua morte em 1945. O período em questão, que veio a ser conhecido como “virada ética”, vem ganhando um renovado interesse e reconhecimento internacional, tanto quanto o movimento intitulado “Renascimento Cassirer” – após a organização e publicação das obras, palestras, aulas e artigos da fase de exílio de seu pensamento.

Agora analisaremos o segundo capítulo, que tem Friedrich Albert Lange (1828-1875) como objeto de estudo. Na literatura especializada, é recorrente a interpretação de que a filosofia política e social de Lange está mais alinhada com as ideias de Darwin e Smith do que com as de Kant. Nesse sentido, Widmer pretende corrigir essa afirmação, na medida em que compreende Lange como um kantiano de esquerda de Marburgo. Para a autora, Lange foi o primeiro a apresentar uma “justificação neokantiana” de socialismo. As suas principais obras foram “A Questão Operária” (*Arbeiterfrage*) de 1865 e “A História do Materialismo” (*Geschichte des Materialismus und Kritik seiner Bedeutung in der Gegenwart*) de 1966. Seu livro sobre o materialismo alcançou grande popularidade em sua época. Refletindo seu impacto, o livro teve várias edições e traduções ao longo do tempo.

Segundo Widmer, Lange foi o primeiro a integrar kantianismo e socialismo. Considerada “ecclética”, as concepções de Lange exprimem-se em sua interpretação peculiar da filosofia kantiana, que une naturalismo e idealismo crítico. Lange defende uma explicação empírica das condições a priori, levando a uma abordagem que necessita de uma transformação da estrutura kantiana que leva em consideração elementos psicofisiológicos.

Historicamente, Lange está em um período em que o naturalismo materialista se tornou a visão de mundo dominante com o avanço das ciências naturais nas universidades alemãs (pp. 30-31). Influenciado por Darwin e Malthus, Lange oferece uma explicação naturalista e evolucionista sobre a questão social (pp. 26-29). Portanto, Lange apresenta uma justificação do socialismo que se contrapõe às alternativas marxistas e lassalianas. A divisão de classes, para Lange, origina-se na natureza egoísta do ser humano como consequência da busca por vantagens na “luta pela sobrevivência”. Contra o egoísmo humano, Lange afirma que o progresso social depende da inclinação da disposição natural humana à “simpatia”. Contra Marx e a necessidade da revolução, Lange oferece uma explicação que coloca ênfase na reforma para corrigir as injustiças do capitalismo. Essa reforma visa alterar as leis econômicas e jurídicas que favorecem mais o egoísmo do que a simpatia (pp. 35-42).

Widmer identifica, por exemplo, que Lange passa do materialismo a um tipo de idealismo estético em *História do Materialismo*. Esse idealismo estético é inspirado em Kant e Schiller. Assim, Lange parece

conquistar a noção estética de “harmonia” para a filosofia política, unindo consciência estética e consciência moral em uma argumentação próxima da razão prática kantiana. Com isso, Lange elabora uma crítica às normas jurídicas sob o capitalismo a partir do seu idealismo estético, uma vez que consegue identificar as inconsistências entre a imaginação ideal de um mundo justo e as injustiças sociais historicamente desenvolvidas.

Portanto, a argumentação de Widmer apresenta um Lange que possui as características do kantianismo de esquerda, com destaque para uma perspectiva teleológica em sua filosofia política e a defesa do socialismo através de pressupostos que incorporam elementos kantianos através de um idealismo reformulado esteticamente.

Os capítulos 3 e 4 são dedicados a Hermann Cohen (1842-1918). No terceiro capítulo, a autora apresenta um sentido de “neokantismo de esquerda” em Cohen, preocupado com a crítica ético-funcionalista ao capitalismo e, ao mesmo tempo, ela faz uso de uma expressão contemporânea para a noção de racionalidade em Cohen, isto é, a racionalidade *historicamente incorporada* e formulada de uma forma sensível ao contexto. Widmer afirma que Cohen possui alguma preocupação com as “formas materializadas de conhecimento”, portanto, uma explicação da racionalidade ética incorporada nos fatos da cultura que são dados historicamente. A autora desafia a classificação interpretativa da filosofia de Cohen que rivaliza entre uma fase inicial psicologista e uma fase madura antipsicologista de seu pensamento. Widmer procura defender que Cohen passou de um psicologismo forte a um fraco, mantendo elementos psicologistas em sua filosofia ética.

Para Widmer, em *Kant's Foundation of Ethics (Kant's Begründung der Ethik)* de 1877, Cohen refina a adaptação neokantiana da estrutura do idealismo crítico, reformulando o imperativo categórico de Kant para que cumpra uma função social baseada em princípios normativos. Cohen abandona a perspectiva da primeira pessoa da razão prática, assumindo uma perspectiva de terceira pessoa. Com isso, ele aborda a lei moral como um princípio que torna possível o julgamento sobre as normas sociais. Além disso, Cohen combina a Fórmula da Humanidade kantiana e a incorpora na estrutura teleológica da Fórmula do Reino dos Fins para formular a “ideia sistemática de fins” como um princípio teórico que pressupomos quando deliberamos eticamente. A razão prática não deve se preocupar com a forma subjetiva da ação moral, mas com a “administração” da sociedade. A reformulação neokantiana da razão prática que Cohen promove visa conceber uma crítica do capitalismo normativamente fundamentada.

O quarto capítulo, intitulado “Crítica funcionalista do capitalismo de Cohen”, Widmer desafia os aspectos negligenciados pela literatura especializada da justificação ética do socialismo na filosofia política de Cohen. Com “funcionalismo”, Widmer aborda a inovação neokantiana da razão prática, na medida em

que a racionalidade ética tem a tarefa de avaliar instituições, sistemas de crenças e práticas em vista da estrutura ética com um papel regulativo. Em termos históricos, sua justificação ética do socialismo abria espaço para a crítica ético-normativa do capitalismo, um tema negligenciado pelo marxismo.

A estrutura ética da filosofia de Cohen também visa tanto denunciar como favorecer desenvolvimentos histórico-culturais que servem ou não ao progresso moral da humanidade. Cohen identifica o monoteísmo judaico mais que apenas um sistema de crenças, mas como um “movimento ético” com um papel crucial em promover o progresso moral. É bem controversa, por exemplo, a aplicação que Cohen faz da sua filosofia ética para a crítica religiosa do cristianismo e das religiões politeístas. Para Cohen, um sentido metafísico de Deus no cristianismo é um retrocesso do ponto de vista do movimento teleológico da razão prática no mundo, porque considera como existente algo que é apenas uma ideia regulativa de sistematicidade. Por outro lado, a aplicação dessa crítica ética na filosofia política leva Cohen a relacionar judaísmo e socialismo. Para o filósofo, tanto o judaísmo como o socialismo são movimentos culturais do partido da razão prática, uma vez que visam superar as injustiças sociais. Justificado eticamente, o socialismo representa um movimento contemporâneo que atualiza a razão prática contra as injustiças do capitalismo.

Discutido e criticado pelos círculos de esquerda da época, o socialismo ético de Cohen foi importante na medida em que introduziu um quadro normativo na abordagem dos problemas do capitalismo moderno. A crítica funcionalista de Cohen demonstra que é necessário uma “reconsideração ética do propósito do trabalho”. Essa reconsideração, bem entendida, leva à exigência de respostas contemporâneas das instituições que não cumprem a sua função ética. Sabemos que as polêmicas da sua crítica ética – quanto às dúvidas em relação à fundamentação antropológica –, opiniões eurocêtricas e o seu infeliz envolvimento favorável à Primeira Guerra – mesmo quando não restaram dúvidas de que não se travava uma guerra de defesa (p. 106) –, levam Cohen a ser visto com suspeita pelo olhar contemporâneo. Porém, como afirma Willey (1978, p. 116), Cohen foi o primeiro a traduzir em termos kantianos a crítica marxista da alienação e da coisificação do ser humano através de uma filosofia política e ética robusta. Por causa disso, concordo com Widmer que Cohen não pode ser simplesmente esquecido pela historiografia filosófica ou negligenciado pela teoria política.

Embora curto, o capítulo 5 apresenta uma argumentação densa e convincente em torno da separação entre o socialismo ético estritamente coheniano de outras vertentes de justificação socialista no kantianismo de esquerda. Neste capítulo, Widmer traça o panorama filosófico dos alunos mais ilustres de Cohen e diretamente influenciados por ele – Rudolf Stammler, Paul Natorp e Ernst Cassirer. Esses pensadores conheceram a República de Weimar, mas apenas Stammler e Cassirer vivenciaram o colapso democrático

e a ascensão nazista. Em comum, esses pensadores seguiram Cohen em busca de uma noção universal de ética kantiana em oposição estrita a Hegel e a Escola Histórica do Direito de Savigny (1779-1861) – com alguma concessão ao *Sittlichkeit* hegeliano, no caso natorpiano.² Por causa disso, Willey (1978, p. 110) aponta que o movimento neokantiano foi “uma força contrária à influência centrífuga do nacionalismo cultural alemão” ascendente, pelo menos até 1914.

Na primeira parte do capítulo, Widmer aborda a justificação epistemológica da regulação do sistema jurídico e econômico proposta por Rudolf Stammler (1856-1938). Ao contrário de Cohen, Stammler defende a separação dos fundamentos da legalidade e da moralidade. Stammler apresenta uma série de argumentos interligados para fundamentar sua abordagem em filosofia do direito. Ele postula que a razão teórica é o único tipo de cognição relevante para estabelecer o fundamento do direito, propondo o princípio de uma “lei teoricamente correta” que pressupõe agentes livres capazes de estabelecer suas próprias regras. Contrário à abordagem de Cohen, Stammler vê as normas jurídicas como sendo de natureza substantiva e mutável, moldadas pela esfera da causalidade. Além disso, ele contesta a distinção entre cognição teórica e a cognição normativa proposta por Cohen, defendendo uma abordagem sistêmica à formulação de leis que regulam as condições empíricas, incluindo as econômicas. Por fim, Stammler formula sua “lei teoricamente correta” como um princípio sistêmico, derivado da mesma explicação de sistematicidade aplicada no domínio natural para o direito e a reforma jurídica. A justificação epistemológica do socialismo em Stammler é consequência da perspectiva dinâmica da teoria jurídica, que busca incorporar a complexidade das relações sociais e econômicas com a investigação empírico-indutiva na regulação jurídica da sociedade.

Na parte do capítulo sobre Paul Natorp (1854-1924), Widmer aborda as consequências intelectuais do kantianismo de esquerda de Marburgo durante as guerras mundiais: principalmente, as posições hegemônicas-chauvinistas de Natorp. Ele e Cohen acreditavam que a cultura alemã era “racionalmente mais evoluída” e tinham a convicção de que ela deveria ser expandida para o mundo. Eles viam a Primeira Guerra como uma guerra cultural, acreditando que a Alemanha tinha o direito de difundir sua cultura. Em “*The German Vocation*”, Natorp, por exemplo, defendeu ideias nacionalistas e imperialistas. Widmer afirma que a participação de Cohen e Natorp em favor da Primeira Guerra minou a credibilidade da filosofia política da Escola de Marburgo. Mas o colapso da filosofia política de Natorp e Cohen também pode ser explicado pela derrota de Bernstein pelo marxista ortodoxo Karl Kautsky (1854-1938). Houve um período de convergência entre a prática política de Bernstein e a filosofia política dos kantianos de esquerda. Com a

² NATORP, P. “Recht und Sittlichkeit. Ein Beitrag zur kategorialen Begründung der praktischen Philosophie”. *Kant-Studien*, vol. 18 (1913), p. 1-79.

queda de Bernstein, essa convergência chegou ao fim. Do ponto de vista contemporâneo, concordamos que o programa neokantiano de reforma social democrática e socialista não alcançou resultados práticos. Como o capítulo não é longo, Widmer deixou de fora da análise teórica formulações filosóficas mais interessantes de Natorp. Infelizmente, Widmer não comenta com detalhe a formulação pedagógica social (*Sozialpädagogik*, publicado em 1905) de Natorp, que propõe uma interessante forma de *Bildung* democrática.

Nas duas últimas partes do capítulo, Widmer discute a repercussão da teoria ética madura de Cohen na interpretação funcionalista da lei moral na filosofia de Ernst Cassirer (1874-1945). Influenciado pela teoria ética madura de Cohen, Cassirer reinterpreta a estrutura kantiana na esfera teórica e prática, adotando uma abordagem funcional da lei moral e uma noção de objetividade ética. As obras “Liberdade e forma” (*Freiheit und Form*) de 1918 e “Axel Hagerstrom” de 1939, mostram a ênfase que a ética kantiana tinha para o filósofo. Segundo Widmer, Cassirer elabora uma interpretação funcional da lei moral. Nesse sentido, Widmer argumenta que a objetividade ética em Cassirer implica tanto uma noção a priori de universalidade ética – que torna possíveis avaliações éticas de desenvolvimentos históricos ou sistemas de crenças de uma perspectiva objetiva –, quanto uma concepção teleológica contingente de verdade moral. Isso leva Cassirer a diferenciar entre sistemas de pensamentos “livres” e “opressivos”. Por exemplo, no *Ensaio*, Cassirer conquista para a sua filosofia a divisão bergsoniana entre as religiões estáticas e as religiões dinâmicas. Ambas, segundo a interpretação ousada da autora, permitem compreender uma diferenciação explicativa e avaliativa na filosofia da cultura e política de Cassirer. Ao contrário das religiões estáticas, que impedem o progresso moral, as religiões dinâmicas favorecem o processo de “autolibertação humana” que o filósofo identifica na cultura em geral. Essa diferenciação leva à compreensão do julgamento normativo em Cassirer, na medida em que ele concebe essa diferenciação para a sua filosofia das formas simbólicas e abre a possibilidade de avaliação ética da cultura.

Na última parte do capítulo final, Widmer examina como a interpretação funcionalista da ética em Cassirer leva ao seu argumento de que o filósofo trata a ética secular como uma forma simbólica na obra *O Mito do Estado*. A autora discorre sobre a filosofia política de Cassirer como diagnóstico da influência do pensamento mítico, enquanto mitos políticos modernos, nas ideologias fascistas. Esses mitos políticos são concebidos em vista da destruição da liberdade moral. Widmer afirma que Cassirer também discute as origens históricas da ética secular no sentido kantiano de autonomia, mostrando como ela se tornou uma forma simbólica emergente na cultura pós-kantiana, destruída pelo desenvolvimento dos mitos políticos modernos.

Para Widmer, Cassirer discute as teorias que formaram o “solo ideológico em que floresceu o fascismo”, como as obras de Carlyle, Gobineau, Hegel e Heidegger, com o objetivo de explicar como a “destruição de uma forma secular de agência humana ocorreu após o despertar do eu moral iluminista”. Cassirer afirma que as teorias desses pensadores marcaram um “retrocesso crucial” no desenvolvimento da ética secular, pois destruíram o conceito de liberdade moral. O culto ao herói, o culto à raça, os determinismos, fatalismos e pessimismos (o *Geworfenheit* heideggeriano, por exemplo) desses pensadores destruíram qualquer sentido de agência humana livre. Na filosofia política de Cassirer, o nazismo pode ser compreendido como um “retorno e ressurgimento do pensamento mítico” – um processo de “dessimbolização repressiva”, como fala Vandenberghe.³

Widmer argumenta que a introdução da ética secular como uma forma simbólica marca uma diferença crucial com a obra *Ensaio sobre o homem*. No seu engajamento com o mito político, Cassirer discute uma forma secular de ética, ao contrário de como a ética é discutida no Ensaio. Lá, Cassirer utiliza a interpretação funcional da lei moral para avaliar e diferenciar os sistemas de crença como “formas dinâmicas” ou “formas opressivas” (isto é, que permitem ou não o progresso moral). No Mito do Estado, ao contrário, Cassirer discute o surgimento do mito fascista num contexto histórico pós-kantiano, isto é, num contexto em que a forma secular de ética era parte da cultura geral. Aqui, Cassirer mostra como o fascismo impediu o progresso dos tempos modernos para o desenvolvimento de uma forma secular de ética universalista. Com isso, Widmer termina o capítulo afirmando que Cassirer não pode ser considerado um kantiano de esquerda, visto que não defendeu abertamente o socialismo. No entanto, a influência do kantianismo de esquerda, principalmente da teoria ética de Cohen, foi importante para o diagnóstico e crítica do fascismo na filosofia política de Cassirer.

A discussão de Widmer sobre a introdução da ética secular como uma forma simbólica no Mito do Estado e a suposta diferença crucial em relação à antropologia filosófica de Cassirer é interessante. Ela afirma que Cassirer ofereceu uma explicação de como os mitos políticos subjugarão uma forma de vida ética secular no contexto da modernidade. Isso se diferenciaria da antropologia, onde Cassirer teria

³ Ver Vandenberghe (2018, p. 667): “Em O mito do Estado, Cassirer analisa a catástrofe fascista em termos de uma desdiferenciação ou fusão patológica e sistematicamente induzida das formas simbólicas autônomas. O que caracteriza o fascismo, segundo Cassirer, é a “dessimbolização repressiva”: os mitos não são mais um produto da livre imaginação, mas são “feitos de acordo com um plano” (Cassirer, 1946/1975: 282). Os mitos políticos – como o mito de raça e o mito do Führer – são sistematicamente produzidos e difundidos para as massas através dos meios de comunicação. Como resultado, a vida é ritualizada, a comunidade racial é afetivamente catequizada, as emoções assumem precedência sobre a faculdade racional, e a autonomia do indivíduo é abolida. No fascismo, tecnologia e mito se fundem e, à medida que se tornam hegemônicos, paralisam o poder de oposição das outras formas. Consequentemente, nenhuma instância crítica permanece para poder regular e subjugar as formas hegemônicas. De acordo com Cassirer, é dever do filósofo e de todos os cidadãos contribuir para o desenvolvimento das forças críticas artísticas, científicas e éticas, de modo que os monstros míticos sejam continuamente checados e subjugados por forças superiores.”

fornecido apenas uma interpretação funcional da lei moral como uma fórmula para a avaliação ética da cultura. Mas se não nos comprometemos com a tese da ética secular como uma forma simbólica e, no lugar, pensarmos em termos de libertação, então a coisa muda de figura⁴. Assim, não existiria uma diferença radical entre a sua filosofia política e a antropologia filosófica, mas uma correlação.

Apesar disso, acredito que Widmer tem o mérito de nos fornecer novas ferramentas para compreender a função normativa da crítica da cultura de Cassirer, mesmo que não concordemos com as consequências que ela extrai disso. Enquanto diagnóstico do tempo presente, sua filosofia política nos fornece o relato de como os mitos políticos foram eficazes em destruir as formas culturais de vida comum e comprometerem o processo de libertação contido nelas. A antropologia filosófica, por outro lado, mas não somente, fornece uma noção plural de humanidade como um ideal regulativo dos processos de auto-libertação⁵, isto é, um relato sobre como as formas culturais de vida – como a linguagem, o direito, a arte, a religião etc –, contribuem ou não com uma auto-compreensão desta libertação. Assim, a antropologia fornece um quadro filosófico que se coloca a tarefa de mostrar o caminho da libertação por meio do qual se efetiva a autonomia humana.

Acredito que a principal contribuição da obra de Widmer foi revitalizar o estudo do kantismo de esquerda, demonstrando como ele ainda pode fornecer uma base interessante para a crítica social e política. Além disso, a obra oferece novas perspectivas sobre a dimensão normativa do neokantismo marburguiano, contrastando com a visão tradicional que historicamente atribuiu ao movimento um caráter logicista e cientificista. Ao destacar a filosofia política, social e jurídica da Escola de Marburg, Widmer fornece um importante contraponto a essa crítica reducionista, sublinhando que o neokantismo marburguiano não se limitou a questões epistemológicas ou formais, mas também desempenhou um papel significativo na reflexão sobre as condições de justiça social e liberdade. Widmer também propõe uma nova compreensão da fase tardia da filosofia da cultura de Ernst Cassirer, enfatizando sua continuidade com o legado de Hermann Cohen, especialmente no que diz respeito à sua crítica do fascismo. Cassirer, a partir da herança de Cohen, não apenas defendeu a autonomia da razão, mas também ofereceu uma crítica filosófica do totalitarismo. Penso que essa leitura da filosofia de Cassirer revela uma potencialidade crítica que é particularmente relevante para os dias atuais. À medida que a extrema-direita avança em vários países, essa revitalização do kantismo de esquerda se torna ainda mais relevante. Frente ao ressurgimento de

⁴ Ver: Garcia, R.. O conceito e a tarefa da filosofia da cultura em Ernst Cassirer. In: Urbano Sidoncha, Olivier Feron e Idalina Sidoncha. (Org.). Fenomenologia e Cultura. 1ed.Covilhã: Práxis, 2022, v., p. 71-92.

⁵ “Human culture taken as a whole may be described as the process of man’s progressive self-liberation.” Ernst Cassirer: *An Essay on Man. An Introduction to a Philosophy of Human Culture*. (1944) In: Ders.: *Gesammelte Werke*. Hrsg. von Birgit Recki. Bd. 23. Text und Anm. bearbeitet von Maureen Lukay. Hamburg 2006 (ECW23), p. 244.

movimentos autoritários e populistas, a obra de Widmer sugere que o pensamento crítico inspirado no kantismo de esquerda ainda pode oferecer um ponto de partida essencial para repensar a crítica política no século XXI.

Referências

CASSIRER, E. *Ernst Cassirers Nachgelassene Manuskripte und Texte* [ECN], 18 vol. Felix Meiner, 1995-2020.

CASSIRER, E. *Ernst Cassirers Gesammelte Werke* [ECW], 26 vol. Felix Meiner, 1998.

COHEN, H. *Kant's Foundation of Ethics* [Kants Begründung der Ethik]. 3rd ed. Helmut Holzhey, Peter Müller, and Peter A. Schmid (Eds.). Hildesheim: Olms.

GARCIA, R. O conceito e a tarefa da filosofia da cultura em Ernst Cassirer. In: Urbano Sidoncha, Olivier Feron e Idalina Sidoncha. (Org.). *Fenomenologia e Cultura*. 1ed. Covilhã: Práxis, 2022, p. 71-92.

HABERMAS, J. *Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOLZHEY, H. (Ed.). *Ethischer Sozialismus. Zur politischen Philosophie des Neukantianismus*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994.

LANGE, F. A. *History of Materialism* [Geschichte des Materialismus und Kritik seiner Bedeutung in der Gegenwart. Erstes und zweites Buch]. 2nd ed. Berlin: Contumax [the added numbers refer to Suhrkamp edition], 1866/1875/2011.

LANGE, F. A. *Die Arbeiterfrage. Ihre Bedeutung für Gegenwart und Zukunft*. 2nd ed. Winterthur: von Beuler-Hausheer & Co, 1870.

NATORP, P. *Social Pedagogics* [Sozialpädagogik. Theorie der Willenserziehung auf der Grundlage der Gemeinschaft]. Stuttgart: Frommanns, 1899.

NATORP, P. "Recht und Sittlichkeit. Ein Beitrag zur kategorialen Begründung der praktischen Philosophie". *Kant-Studien*, vol. 18, p. 1-79, 1913.

NATORP, P. (1918). *The German Vocation* [Der Deutsche Weltberuf. Die Weltalter des Geistes]. Jena: Eugen Diederich, 1913.

VANDENBERGHE, F. Do estruturalismo ao culturalismo: a filosofia das formas simbólicas de Ernst Cassirer. *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 3, p. 653-674, 2018.

WIDMER, E. T. *Left-Kantianism in the Marburg School*. Berlin/Boston: De Gruyter, 2024.

WILLEY, T. E. *Back to Kant: The Revival of Kantianism in German Social and Historical Thought, 1860-1914*. Detroit: Wayne State University Press, 1978.

Recebido em: 26/09/2024

Aceito em: 24/03/2025